

"NINGUÉM TOMBA CASA DE POBRE": A (NÃO) PRESENÇA DE HABITAÇÕES DE PAU-A-PIQUE NO PATRIMÔNIO TOMBADO PELO CONDEPHAAT

Silvia Ferreira Santos Wolff

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie | 1153211@mackenzie.br

EIXO TEMÁTICO 3: História, Memória e Patrimônio

Resumo: Esse artigo foi instigado pela frase "Ninguém tomba casa de pobre", feita em palestra pelo arquiteto preservacionista, Carlos Lemos. Afirmação de um dos personagens referenciais da ação de preservação de patrimônio no Brasil. Por meio de consulta à bibliografia sobre arquitetura vernacular e exame da listagem de bens tombados pelo Condephaat, conselho de patrimônio cultural paulista, busca-se verificar a validade dessa assertiva. O estudo concentra-se na documentação administrativa sobre os raros exemplares tombados em São Paulo de casas de pau-a-pique, tradicional modo de morar e construir no Brasil, refletindo sobre as razões de tão escassa participação desse tipo no acervo de bens tombados.

Palavras-chave: Preservação Cultural; Arquitetura Vernacular; Condephaat; Pau-a-Pique.

"NO ONE LISTS POOR PEOPLE'S HOUSES": THE (NON-)PRESENCE OF WATTLE-AND-DAUB DWELLINGS IN HERITAGE SITES LISTED BY CONDEPHAAT

Abstract: This article was prompted by the phrase "Poor people's houses are not listed as heritage sites," made in a lecture by the preservationist architect, Carlos Lemos. This statement comes from one of the key figures in heritage preservation efforts in Brazil. Through consultation of the bibliography on vernacular architecture and examination of the list of properties listed by Condephaat, the São Paulo state cultural heritage council, this study seeks to verify the validity of this assertion. The study focuses on the administrative documentation regarding the rare listed examples of wattle-and-daub houses, a traditional way of living and building in Brazil and São Paulo, reflecting on the reasons for such a scarce participation of this type in the collection of listed properties.

Keywords: Cultural Preservation; Vernacular Architecture; Condephaat; Wattle and Daub.

"NADIE DECLARA PATRIMONIO LAS CASAS DE LOS POBRES": LA (NO) PRESENCIA DE VIVIENDAS DE ENTRAMADO Y BARRO EN EL PATRIMONIO PROTEGIDO POR EL CONDEPHAAT

Resumen: Este artículo surgió de la frase «Las casas de los pobres no están catalogadas como patrimonio», pronunciada en una conferencia del arquitecto conservacionista Carlos Lemos. Esta afirmación proviene de una de las figuras clave en la preservación del patrimonio en Brasil. Mediante la consulta de la bibliografía sobre arquitectura vernácula y el análisis de la lista de bienes catalogados por Condephaat, el consejo estatal de patrimonio cultural de São Paulo, este estudio busca verificar la validez de esta afirmación. El estudio se centra en la documentación administrativa relativa a los escasos ejemplos catalogados de casas de adobe, una forma tradicional de vida y construcción en Brasil y São Paulo, reflexionando sobre las razones de la escasa participación de este tipo en la colección de bienes catalogados.

Palabras clave: Preservación Cultural; Arquitectura Vernácula; Condephaat; Adobe.

A (NÃO) PRESENÇA DE HABITAÇÕES DE PAU-A-PIQUE NO PATRIMÔNIO TOMBADO PELO CONDEPHAAT

"Tombamento é feito para coisas das classes dominantes. Ninguém tomba casa de pobre." (Lemos, 2017 *apud* Carini, 2025)

Aos 93 anos de idade o arquiteto e professor Carlos Lemos, com a sinceridade própria a seu temperamento e o lastro de vivências de setenta anos de prática profissional, proferiu essa frase, destacada na epígrafe, em palestra rememorativa de sua formação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, em que estudara.

Carlos Lemos, teve diversificada atuação, sendo parte substantiva dela dedicada à preservação do patrimônio cultural. Foi, por mais de dez anos, o diretor técnico do Condephaat¹, tendo sido responsável pela configuração e desenvolvimento das primeiras ações do conselho. Dirigiu elaborando planos estruturais, instruções técnicas, estudos, contratações de levantamentos documentais, históricos, topográficos, arquitetônicos e fotográficos, inventários e realizando as primeiras obras de restauração.

Posteriormente, atuou como conselheiro no mesmo órgão e no Iphan², instituto federal da área (Segawa, 2022; Wolff, 2022). Esse percurso deu-lhe conteúdo para afirmação tão assertiva, mas pouco aprofundada. E o que haveria de conexão entre essa frase sobre classes dominantes, pobreza e tombamentos e um seminário sobre arquitetura vernacular?

Esse artigo, instigado por essa frase, realiza exame da listagem de bens tombados pelo Condephaat. Busca-se identificar se nessa lista confirma-se o que foi dito. Nesse exame foram consultados pareceres sobre bens construídos com a técnica vernacular do pau-a-pique, presente no Brasil desde a colônia (Vasconcellos, 1979). São documentos sobre tombamentos de bens que foram solicitados a esse conselho. Mais detidamente examina os relativos ao Núcleo caiçara de Picinguaba, tombado, e uma casa em Patrocínio Paulista, cujo pedido foi relegado ao esquecimento.

O ACERVO TOMBADO

O exame da lista de mais de 500 bens tombados pelo Condephaat³, ao longo de seus mais de cinquenta anos, aponta para um conjunto heterogêneo.

¹ Condephaat, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, criado em 1969.

² Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, fundado em 1937.

³ Para consultar a lista de bens tombados pelo Condephaat, acessar: <http://condephaat.sp.gov.br/bens-protegidos-online/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

Criado em uma época em que o reconhecimento oficial de bens se baseava na excepcionalidade e na monumentalidade, o tombamento hoje se estende também aos bens que, embora não apresentando qualidades estéticas ou históricas de relevo, possuem significados culturais, afetivos, ou constituem referências urbanas, ambientais ou de memória (Rodrigues, 1998, p. 15).

Naquele momento o conselho havia iniciado um processo de diversificação de suas escolhas para a preservação, ampliando os critérios, inicialmente baseados em seleções mais restritas (Rodrigues, 1998). Instalações rurais; sedes de fazendas cafeeiras, registro do destaque do Estado no panorama econômico brasileiro; casas bandeiristas; solares urbanos e moradias de personagens ilustres da história paulista. Como talvez dissesse Carlos Lemos, arquitetura da classe dominante.

A taipa de pilão era técnica usual nessas construções, sendo as divisões internas feitas com pau-a-pique. São raros, na listagem do Condephaat, habitações isoladas integralmente feitas em pau-a-pique. O senso comum associa essa forma de construir à pouca permanência física das edificações, e, também, a doenças.

A marginalização das técnicas construtivas tradicionais e de domínio popular tem ainda promovido o risco de desaparecimento de modos e formas de construir e de organizar o espaço, além da desvalorização desses conhecimentos, o que alimenta o desinteresse no seu aprendizado (Sant'Anna, [s.d.], n.p).

A partir dos anos 1980 o Condephaat passou a ampliar seus critérios de seleção. O acervo incluiu edificações de alvenarias de tijolos: sedes administrativas, fóruns, escolas e universidades públicas; conjuntos fabris e ferroviários, uma ou outra vila operária. A referência acima às técnicas construtivas se faz na busca de verificar sua conexão com a arquitetura vernacular e sua inserção na divisão de classes brasileira. E assim, ver a validade da afirmação que provocou esse artigo.

BUSCANDO ENTENDER O VERNACULAR

Francisco Dias de Andrade, em sua tese de Doutorado (Andrade, 2016), discorre sobre as alternativas para a conceituação da arquitetura vernacular. Estuda e cita outros autores a respeito da inadequação de denominações como arquitetura primitiva, popular, espontânea, tradicional ou arquitetura sem arquitetos. Conceituações que diferenciam a arquitetura produzida a partir do saber transmitido pelas gerações e o saber erudito, ensinado formalmente; o conhecimento das classes menos favorecidas e a das dominantes.

O uso das expressões “arquitetura primitiva” ou “arquitetura espontânea” sugere as cargas mais pejorativas entre todas (Andrade, 2016, p. 27).

[...] o termo “popular”, antes de remeter à arquitetura das classes mais baixas, cuja marginalização excessiva seria um impeditivo para o desenvolvimento construtivo e estético de suas obras arquitetônicas, seria de aplicação mais adequada às construções das classes remediadas (Weimer, 2005 *apud* Andrade, 2016, p. 28).

Menosprezo e repulsa, ou mesmo a fachada de complacência de quem se sabe superior (atitudes que sempre estiveram na raiz do não reconhecimento da arquitetura vernacular), [...] (Andrade, 2018, p. 116).

Afinal qual seria a arquitetura da habitação desses grupos à "margem"? Por todo o território nacional, mesmo hoje, com a difusão e barateamento dos blocos de concreto, encontram-se casas de pau-a-pique. Essa técnica de terra e madeira, é de domínio coletivo na cultura construtiva brasileira, e ainda presente nas casas do mundo rural menos exposto à influência das grandes cidades. Mas, não há casas isoladas de pau-a-pique tombadas pelo Condephaat. Embora tenha havido, entre os envolvidos em delinear e operar os rumos das práticas do Condephaat, sensibilidade para a questão da preservação das manifestações culturais vinculadas à arquitetura das habitações de pau-a-pique e aos modos de vida daqueles que a produziam e vivenciavam.

É o caso de Carlos Lemos nos anos 1980 que, com certa condescendência, já aponta a falta de preservação de casas populares (Figura 1):

[...] documento de maior interesse ao nosso assunto, destaca-se aquela denominada de "interior de casa de pobre" [...] o pote de água, o fogão no chão, e uma grande série de detalhes construtivos que nos indicam o estreito inter-relacionamento entre os objetos, cada um no seu lugar certo e, também, entre os personagens e toda aquela parafernália de aspectos rústicos.

[...]

Essa guarda de bens em geral nunca se ateve, porém, à preocupação de registrar estágios culturais já ultrapassados de toda a comunidade. Em geral, guardaram-se os objetos e as construções da classe poderosa. Guardaram-se os artefatos de exceção e perderam-se para todo o sempre os bens culturais usuais e corriqueiros do povo (Lemos, 1981, p. 15).

Figura 1: **Cozinha** **Caipira,** **1895**
Almeida Júnior, óleo sobre tela, c.i.e. 63,00 cm x 87,00 cm



Fonte: Acervo Pinacoteca do Estado de São Paulo/ Brasil.

Casas de pau-a-pique não chegaram a ser tombadas em número significativo. Seja por indiferença, por dificuldades para a preservação física, ou por serem expressões de um modo de vida que se transformou radicalmente. A pouca presença desse tipo de edificação no acervo de cerca de 500 bens tombados pelo Condephaat pode talvez ser atribuída a preconceitos só aos pouco superados, a impasses relativos à preservação física, mas também aos inerentes à proteção de modos de vida ameaçados de extinção.

O pau-a-pique exige manutenção constante para sua conservação (Olender, 2006). Conservar uma parede feita por um entramado de esteios verticais e horizontais preenchida com barro, cujos materiais comportam-se de modo diferente, é atividade complexa. Inclusive em obras de restauração. A respeito diz Mário Mendonça de Oliveira:

[...] muita investigação ainda necessita ser feita sobre o assunto, apoiada pela geotecnia, pela geoquímica, pela química analítica, pela física e outros ramos da ciência, [...] (Oliveira, 2002, p. 222 e 223).

A técnica de pau-a-pique, além de ser considerada de duração efêmera e de difícil conservação, é associada a fatores negativos como má execução, ignorância, pobreza e é frequentemente vinculada a doenças transmitidas por insetos que se hospedam em suas estruturas. Moléstias como o mal de chagas (Olender, 2006).

Não há como não relacionar os estigmas que cercam a casa de pau-a-pique com o universo do personagem “Jeca Tatu”, criação do escritor Monteiro Lobato e com as imagens de habitações insalubres de campanhas sanitárias brasileiras (Figuras 2 e 3).

Figura 2: A casa do Jeca Tatu em filme de Mazzaropi



A casa do Jeca Tatu no filme homônimo de Mazzaropi, de 1959.
Fonte: Cafés e Blábláblás (2009).

Figura 3: Imagens de Campanha Sanitarista de 1918



Nessa imagem, proveniente de campanha sanitária de Belisário Penna de 1918, transparece a conquista da saúde associada à erradicação do tipo de habitação. Fonte: Andrade (2016, p. 290, Fig. 22, Prancha 14).

No filme “Jeca Tatu” de 1959, Amâncio Mazzaropi representa o caipira inculto, vivendo miseravelmente e sendo achacado pelo rico estrangeiro que quer suas terras e acaba

por queimar sua casa de pau-a-pique (Figura 2). Uma antecipação metafórica da extinção de um modo de vida que o Condephaat, por ação coordenada por Carlos Lemos, vislumbrou e tentou evitar na Vila Picinguaba em 1968.

Tinha-se plena consciência, já na década de 1970, a primeira de atuação do conselho, para a ameaça que representava o acesso facilitado por novas rodovias e a chegada do turismo às vilas caiçaras. As estradas constituíam riscos iminentes para a conservação das formas de vida e manutenção física das construções e paisagem.

Nos exemplos tratados a seguir, Vila de Picinguaba⁴ e Casa de pau a pique em Patrocínio Paulista⁵, há distintos graus de motivações, investimentos técnicos, conceituais e administrativos com vistas à preservação de aspectos de um modo de vida e sua materialização concreta em casas e objetos em vias de desaparecimento. Pode-se identificar a busca de entendimento e soluções no primeiro caso, à total falta de atenção, em Patrocínio.

VILA DE PICINGUABA

Em Picinguaba, a construção de uma rodovia ao longo das praias do litoral Norte, e a percepção do impacto que causaria à vida caiçara, foi o motor para a solicitação de tombamento. Havia sensibilidade para a necessidade de preservar, mas ausência de experiência concreta de como fazê-lo. E ainda, dificuldades conceituais, e, sobretudo, de instrumentos de preservação para atuar com dimensões imateriais e materiais que a conservação daquele assentamento requeria. É o que transparece no parecer técnico feito por Carlos Lemos:

[...] até há pouco tempo as comunicações entre as nossas localidades litorâneas eram extremamente precárias e feitas praticamente através de navegação de cabotagem. Isso permitiu que através dos séculos se perpetuassem algumas aldeias de pescadores pobres que, sempre, sobreviveram à custa da venda de peixes, antigamente peixe seco e levado às cidades - mais populosas e, hoje, peixes frescos vendidos a atravessadores providos de barcos frigoríficos que por ali passam quase que diariamente. Sendo pobres, suas construções também o são, e assim, precárias e permanentemente substituídas em processos de reconstrução em que a técnica e os materiais são sempre os mesmos e sempre vinculados a sua arquitetura chamada de vernácula pelos antropólogos, em cuja constância formal vislumbramos persistências culturais sincréticas onde estão implícitos o índio e o português (São Paulo (Estado), 1976, p. 17).

O desejo de preservar ao menos as construções se expressava em meio a observações do modo de vida ameaçado pela apropriação progressiva do território:

4 *Processo Condephaat 20130/76*, relativo a Unidades Habitacionais de Picinguaba. Processo aberto em 1976, com estudos imediatamente iniciados, tombamento decidido pelo Conselho em (24/06/1980) e concluído oficialmente apenas em 1999.

5 *Processo Condephaat 00284/89*. Solicitação de 1989 arquivada por falta de materialidade, pois o processo havia se extraviado, e a casa estava demolida, quando afinal se iniciaram os estudos para sua avaliação em 2015. Oficialmente arquivado em 2016.

Na verdade, todo o universo caiçara necessita ser compreendido e preservado, ainda mais agora em que a nova estrada Rio-Santos está abrindo portas aos especuladores imobiliários. Todas as sitiocas, sítios e lugarejos estão passando de mãos às pressas. O povo do local está sendo expelido ou transformado em empregados domésticos dos veranistas. Quase todos os aspectos culturais não tangíveis já estão em vias de desaparecimento completo. Esse esquecimento, no entanto, sô não pode é levar as construções de roldão, de uma hora para outra. A transformação formal tem sido até agora algo lenta. Aos poucos as humildes casas de taipa de mão vão sendo substituídas pelas de alvenaria e de concreto dos ricos de São Paulo, de Taubaté, do Rio, de Minas etc. Mas, agora, a pressa aumentou e temos ultimamente visto casas e mais casas serem destruídas, morros serem arrasados e costões nivelados para darem lugar a novas implantações (São Paulo (Estado), 1976, p. 18).

A historiadora Julita Scarano seguia o mesmo raciocínio, além de apontar a complexidade para a qual, no fundo não sentia o Conselho preparado para enfrentar:

Desse modo, apenas uma pesquisa longa e complexa, esgotando arquivos oficiais e particulares possibilitaria uma interpretação mais completa e pertinente, trazendo uma contribuição de real valor para o conhecimento desses aglomerados em especial e da situação das comunidades caiçaras em geral. Dada a dificuldade e a necessidade de um grande espaço de tempo para estudo dessa natureza, ele não é possível nas condições oferecidas por processos de tombamento que visam sobretudo preservar essas áreas que estão na mira do "progresso" e da especulação que a atinge nosso litoral (São Paulo (Estado), 1976, p. 111 e 112).

Ou ainda Lemos, considerando o que seria possível preservar das transformações inevitáveis, renunciando ao que considerava mau exemplo construtivo:

[...]os grupos humanos ligados ao uso do mar e da costa devem ser protegidos por excelência. Como consequência, o que mais se destaca da proposta em julgamento não é a necessidade tão somente se conservar a estrutura urbana que é arcaica ou o uso da terra que é promíscuo. O caiçara tem uma agricultura promíscua e uma urbanização altamente rústica nos cantos e nas pontas de praia. E a preservação disso seria em forma de Museu, de um fato que não é representativo de uma boa ideia adequada à ocupação do espaço. No entretanto, é um fato histórico e antropológico cultural definido da área, e que não pode sofrer ainda alguma evolução, mas que não sofra a agressão de outros padrões que não sejam propriamente da região (São Paulo (Estado), 1976, p. 18).

8

Anos depois, Antônio Augusto Arantes, presidente do Condephaat nos anos 1980, tratou do assunto da oposição entre a vida caiçara e a apropriação do espaço de sua cultura pelo turismo.

Para nenhum grupo humano o espaço vital é um conjunto de objetos físicos, vazios de significado. Toda cultura, antiga ou moderna, de nações políticas e socialmente complexas ou de pequenos grupos de caçadores e coletores nômades, transforma o "espaço físico" em "lugar", "território" ou "lar" [...] Basta contrastar, por exemplo, pescadores caiçaras em sua vida cotidiana e turistas veraneando, comparando as suas atividades, habitações e formas de sociabilidade para entender que mar, praia e mata não são apenas componentes físicos da natureza. Eles estão, ao mesmo tempo, integrados em modos de vida diversos e ganham, por isso, significações particulares (Arantes, 1984, p. 8-9).

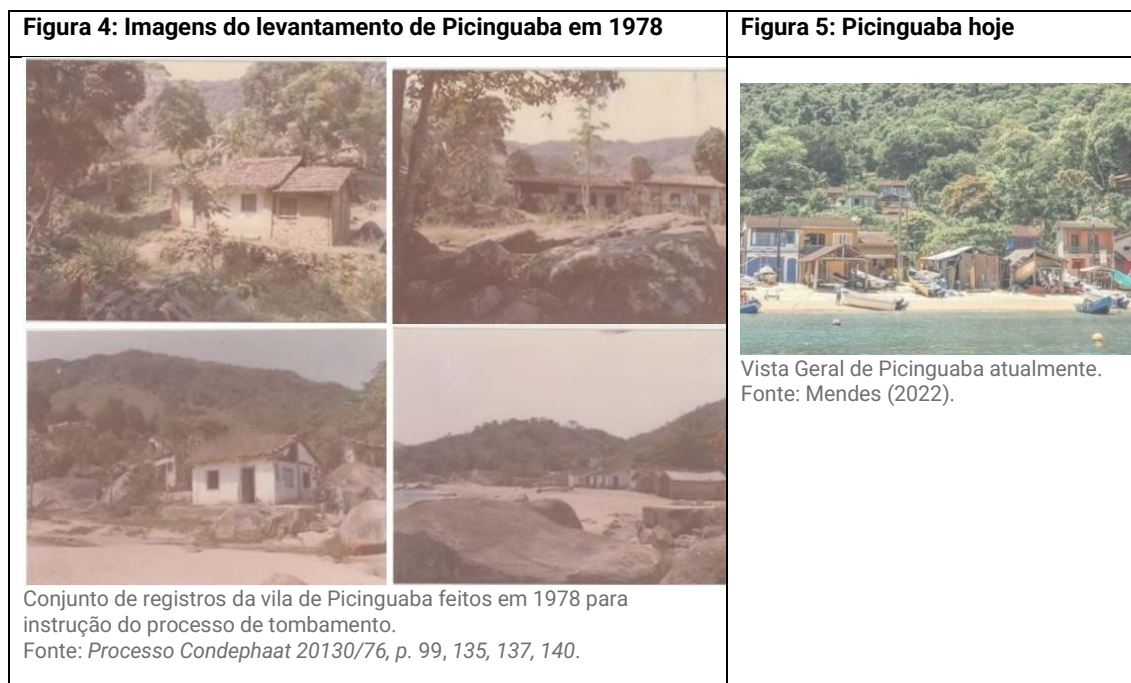
Em Picinguaba o processo de transformação já tinha sido identificado nos estudos. A historiadora Julita Scarano descreve as construções típicas e suas alterações:

Anos atrás, descrevendo as habitações caiçaras, Leia Quintière assinalou que elas têm frente geralmente voltada para o mar ou para os caminhos utilizados pelas mulheres para buscar a água que brota além dos mangues. Eram feitas de pau-a-pique, com telhados de

duas águas cobertos de sapé ou de folhagem, chão de terra batida, poucas janelas e com parede central separando um ou dois compartimentos. Os objetos de uso e aqueles necessários à pesca eram guardados em comum e quanto à cozinha dessas casas, ela se localizava ao fundo da habitação ou em puxado lateral, também de duas águas. Seguindo nesse e em inúmeros outros aspectos a tradição indígena, o caiçara abandonava sua frágil casa tão logo ela se estragasse. Daí a facilidade em utilizar novos materiais, como é o caso do bloco, que substitua muitas das casas que antes eram erguidas de pau-a-pique. Hoje em dia, é quantitativamente significativa essa substituição, conforme podemos aferir pelos mapas apresentados nos processos. O maior contacto com outras comunidades influenciou nesse sentido (São Paulo (Estado), 1976, p. 112).

A preocupação com a mudança de Picinguaba, e a identificação de seus valores, resultou no tombamento da vila. Foi feita delimitação de uma área de proteção, e estabelecimento de restrições e diretrizes para reformas e novas construções. Almejou-se, com o tombamento, preservar ao menos a configuração, tipos e volumes das construções da cultura caiçara.

Muito pouco foi alcançado no sentido de prevenir transformações radicais. As casas térreas rústicas de pau-a-pique, caiadas ou eventualmente sem revestimento, registradas por Carlos Lemos e equipe em 1978, confrontadas com imagem recente de Picinguaba, evidenciam a mudança. As casas transformaram-se em construções de alvenaria, de mais de um pavimento, pintadas com tintas acrílicas. E, embora, haja barcos de pesca, o turismo tem forte e impositiva presença, inclusive substituindo habitações por comércio (Figuras 4 e 5).



O reconhecimento de núcleos caiçaras com suas construções singelas de pau-a-pique, presente nas preocupações do Condephaat nesse seu início, após essa experiência, ficou por longo tempo esquecido. Só mais recentemente, capelas caiçaras vêm sendo estudadas.

PATROCÍNIO PAULISTA

Se no caso de Picinguaba houve o tombamento e a tentativa de preservação; o caso de Patrocínio Paulista foi de total desatenção. Em 1989 houve pedido de tombamento de casa da rua Voluntários da Pátria, 1417. Imóvel antigo, desapropriado pela prefeitura. A demanda gerou um expediente administrativo, mas, apenas em 2015, verificou-se que este havia se extraviado⁶. Ao se buscar informações e documentação atualizadas no município de Patrocínio Paulista soube-se que a casa também não existia mais, como atestava fotografia do terreno, baldio (Figura 6).

Figura 6: Terreno da casa demolida em Patrocínio Paulista	Figura 7: Pintura anônima da casa demolida em Patrocínio Paulista
 Imagem enviada por cidadã sobre a situação do endereço em 2015. Fonte: fotografia acervo particular Marcia Hellou (2015) (2015).	 Pintura da casa cujo tombamento havia sido solicitado do acervo da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista. Fonte: fotografia acervo particular Marcia Hellou (2015).

10

Além da fotografia do terreno desocupado, obteve-se uma pintura relativa à casa desaparecida (Figura 7) que constava pendurada na parede da prefeitura.

Ao tentar caracterizar a casa desaparecida os autos reconstituídos em 2015 identificaram-na como uma típica casa de meia encosta, de pau-a-pique. As suposições sobre as características apoiaram-se em bibliografia sobre o tipo residencial que se depreende da pintura. As citações abaixo, aqui parcialmente transcritas, não estão com as referências completas no processo consultado, que não é publicado:

Caracterizada basicamente por assentar em um declive, tendo apenas um andar pleno, o superior, enquanto o inferior tinha menores proporções, pois encaixava na encosta que suportava parte do piso [...] (Marins, 2004 *apud* São Paulo (Estado), 1989, s.p.)

É ainda aquele “autêntico caipira”, o paulista isolado que se satisfaz com pouco; o pouco que sabia, conservou por gerações. É herdeiro direto das tradições arquitetônicas do período colonial como, por exemplo, paredes estruturais e de vedação construídas com a técnica taipa-de-mão, também chamada pau-a-pique e/ou sopapo; as telhas de capcanal estão sobre vigas de cabreúva, em armação de tesoura e o ripamento é de pau-de-

⁶ Processo Condephaat 00284-A?1989. Relativo ao tombamento da casa situada a rua Voluntários Paulistas, 1417 em Patrocínio Paulista (arquivado).

coqueiro, chamado jiçara, muito em uso na região (Faria; Bellotto *apud* São Paulo (Estado), 1989, s.p.).

A inexistência da casa implicou a extinção do processo, décadas passadas da solicitação inicial. A informação técnica que propõe o arquivamento se encerra fazendo uma associação de imagens que vale a pena aqui recuperar. Um recorte e ampliação da fotografia enviada tornou incontornável uma comparação do fragmento com obra do pintor Almeida Junior, "O Caipira picando fumo" (Figura 8). O que se perdera da vida caipira retratada no século XIX pelo artista? E... o que permanecera? Em Patrocínio particularmente e na contemporaneidade das pequenas cidades de um modo geral?

Figura 8: Detalhe ao canto da fotografia da casa demolida em Patrocínio Paulista confrontada a pintura de Almeida Junior sobre o personagem caipira no século XIX.



Composição comparativa entre fragmento da fotografia da situação do bem em 2015, comparado ao quadro "Caipira Picando fumo" de Almeida Junior.

Fonte: São Paulo (Estado), (1989) e Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo/ Brasil.

RARAS EXCEÇÕES

Em 2021 o Condephaat deu destino melhor para a Casa Grande de Ribeirão Grande, cujo tombamento havia sido solicitado em 1983. Esquecido em uma prateleira, afinal o bem foi tombado décadas depois⁷. Uma casa de taipa de mão que se encontrava escorada, em precário estado de conservação. O reconhecimento pelo tombamento e ação conjunta entre entes públicos e a comunidade resultou na recuperação da construção, supostamente um antigo pouso para os viajantes do Caminho das Tropas. Em festa que reproduziu antigas práticas que cercam a execução da técnica de pau-a-pique. O *embarramento* (Corona; Lemos, 1972, p. 180) da construção, processo em que várias mãos atiram o barro sobre a gaiola de madeira, foi realizado com festa, sanfona e comida de fogão de lenha em fevereiro de 2021 e reuniu a comunidade em geral,

⁷ Processo Condephaat 77706/16, relativo ao tombamento da Casa Grande em Ribeirão Grande.

crianças, velhos e “mestres” taapeiros (Wolff, 2021). Se a obra não seguiu procedimentos próprios ao campo da restauração arquitetônica, logrou êxitos no quesito reativação de saberes ancestrais (Figura 9).

Figura 9: Casa tombada de pau-a-pique recuperada coletivamente em Ribeirão Grande	Figura 10: Permanência de casas de pau-a-pique no Quilombo do Cafundó
 A casa de Ribeirão Grande depois de recuperada, hoje ponto turístico do pequeno município. Fonte: Google Street View (2023).	 Casa de pau-a-pique no quilombo do bairro do Cafundó. Fonte: Vidica (2022).

Cabe, ainda, mencionar a experiência de preservação do Quilombo do Cafundó, em Salto de Pirapora⁸. O estudo e validação do tombamento partiu de iniciativas, politicamente estruturadas, voltadas à proteção da comunidade quilombola. O reconhecimento deu-se com base em alentados estudos antropológicos e da língua ali falada, ainda conectada a matrizes africanas, em uma iniciativa que não se repetiu no âmbito do Condephaat. Nesse caso não houve levantamento da arquitetura, o que não alimentava a atenção originalmente, apenas demarcação da área. A comunidade, hoje, se organiza com atividades de subsistência. Mas, lá ainda resistem, indocumentadas, construções de pau-a-pique, parte do modo de vida que ali se desenvolve (Figura 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a verificação da lista de bens tombados analisada não reafirma plenamente o que disse Carlos Lemos, que não há representação de casas populares nos tombamentos, já que há, por exemplos, algumas vilas operárias tombadas, tampouco se pode dizer que haja diversidade absoluta nos tipos de habitação preservados por este conselho.

No meio urbano alguma preservação, cercada de dificuldades para manutenção, de uma vila operária, de algumas modestas casas de aluguel, confrontam-se minoritariamente com a hegemonia quantitativa das dezenas de casas em que morou a elite paulista. Na área rural, às dezenas de sedes de fazenda de grandes dimensões, em geral

⁸ Processo Condephaat 26336/89, relativo ao tombamento do Bairro Cafundó.

desprovidas dos antigos espaços de trabalho como terreiros, tulhas ou senzalas e casas de colônia, opõe-se à quase inexistência de casas isoladas de menor escala.

O fato é que habitações singelas de pau-a-pique foram tema pouco enfrentado nas décadas seguintes ao primeiro esforço empreendido no caso de Picinguaba. Quando não relegado ao esquecimento como em Patrocínio Paulista. Não foram suficientemente representativos o reconhecimento ou a preservação do tipo que se logrou fazer nas décadas de existência do conselho paulista.

O que parece subjacente à fala do arquiteto Carlos Lemos é a frustração por objetivos não realizados., transparece que o que almejou e buscou desenhar na origem do Condephaat não se concretizou.

E, ainda, o que as esparsas experiências de preservação em Ribeirão Grande e Cafundó parecem indicar é que não serão demarcações espaciais ou diretrizes arquitetônicas específicas que poderão lograr a salvaguarda de práticas ancestrais, ou de edificações como as casas de pau-a-pique. Quando e se tem sobrevivido materialmente algumas construções de pau a pique, com escasso apoio do Condephaat, tem sido pela manutenção de práticas ancestrais ligadas ao lugar - como a língua, a dança, a comida...

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisco D. O chão que continua: a arquitetura vernacular no SPHAN de Lúcio Costa e Luiz Saia. **Revista CPC**, 13(25 esp), p. 81-111, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25espp81-111>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ANDRADE, Francisco D. **Uma poética da técnica**: A produção da arquitetura vernacular no Brasil. Tese (Doutorado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2016.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAFÉS E BLABLABLÁS. **Jeca Tatu - 50 anos**. Disponível em: <https://cafeseblablablas.blogspot.com/2009/01/jeca-tatu-50-anos.html>. Acesso em: 03 fev. 2026

CARINI, Marcia. Carlos Lemos ajudou a construir a história da arquitetura brasileira: **Revista Pesquisa Fapesp**. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/carlos-lemos-ajudou-a-construir-a-historia-da-arquitetura-brasileira/>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart São Paulo Livraria Editora Ltda, 1972.

LEMONS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MENDES, Bruno. **Picinguaba**: a mais bonita atração do trecho norte de Ubatuba, Viajali, 2022. Disponível em: <https://www.viajali.com.br/picinguaba/>. Acesso em: 03 fev. 2022.

OLENDER, Mônica Cristina H. L. **A técnica do pau-a-pique**: subsídios para a sua preservação. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação em arquitetura e urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. A conservação do patrimônio edificado em terra. In: **Anais do Seminário Ibero-americano de construção com terra**, I. Salvador. Salvador: Projeto PROTERRA, 2002, p. 215-224.

RODRIGUES, Marly. In: **Patrimônio cultural paulista**: Condephaat, bens tombados 1968-1998. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998, p.15.

SANT'ANNA, Márcia Genésia de (coord.). **Arquitetura Popular**: Espaços e Saberes. [Online]. Salvador: UFBA. s.d. Disponível em: <https://arqpop.arq.ufba.br/apresentacao>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SÃO PAULO (Estado). **Patrimônio cultural paulista**: Condephaat, bens tombados 1968-1998. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998, p.15.

SÃO PAULO (Estado). **Processo Condephaat 00284-A/1989**, relativo ao tombamento da casa sita a rua Voluntários Paulistas, 1417 em Patrocínio Paulista. São Paulo, 1989.

SÃO PAULO (Estado). **Processo Condephaat 77706/16**, relativo ao tombamento da Casa Grande em Ribeirão Grande. São Paulo, 2016.

SÃO PAULO (Estado). **Processo Condephaat 20130/76**, relativo ao Tombamento de Unidades Habitacionais de Picinguaba, anteriormente P.20226/76. São Paulo, 1976.

SÃO PAULO (Estado). **Processo Condephaat 26336/89**, relativo ao tombamento do Bairro Cafundó. São Paulo, 1989.

SEGAWA, Hugo. Sobre Carlos Lemos: Cerimônia de outorga do título de Professor Emérito. **DROPS** (SÃO PAULO), v. online, p. online, 2022.

VASCONCELLOS, Sylvio, **Arquitetura no Brasil**: Sistemas construtivos. Belo Horizonte: UFMG, 1979. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/369279037/Arquitetura-No-Brasil-Sylvio-de-Vasconcelos>. Acesso em: 10 jan. 2026.

VIDICA, Letícia. **O dia que conheci o Cafundó**, CNN, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-dia-que-conheci-o-cafundo/>. Acesso em: 03 fev. 2026.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Os méritos de Carlos Lemos. Reconhecimento da FAU USP à contribuição do professor ao ensino e ao patrimônio cultural brasileiro. **Drops Vitruvius**, v. 182, p. 1, 2022

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. Preservação da Casa Grande, em Ribeirão Grande. In: **III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio**, 2021, Nova Iguaçu. Porto: Editora Cravo, 2021

WOLFF, Silvia Ferreira Santos; DELBOUX, Roseli. The cultural heritage protection of Jardim América in São Paulo. In: **Heritages Past and Present - Built and Social**, 2024, Praga, 2023. v. 35. p. 212-221.